

Sobre livros e dedicatórias: D. João e a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)¹

On books and dedications: D. John and the Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)

Claudio DeNipoti²
cniipoti@uepg.br

Magnus Roberto de Mello Pereira³
magnusdocs@gmail.com

Resumo: Este trabalho busca compreender a importância dada à escrita e aos seus suportes no Antigo Regime português (em especial no século XVIII) em torno das abordagens da história da palavra impressa. A especificidade deste estudo está na escolha do corpo documental no qual se baseia: as dedicatórias encontradas na abertura das obras impressas na Tipografia do Arco do Cego. A análise desses pequenos textos dá a perceber muito da cultura política do século XVIII português, abrindo algumas perspectivas para se pensar a aparentemente contraditória relação entre construção do Estado moderno e redes clientelares de dádivas e mercês.

Palavras-chave: história do livro e da leitura, dedicatórias, Arco do Cego, D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Abstract: This article tries to understand the importance given to writing and its media during the Portuguese *Ancien Régime* (particularly the 18th century) and to grasp the ways in which writing changed social interactions, ways of thinking and power relationships. The specific approach of this study lies in the choice of source documents: the dedications found on the first pages of the books published at the Arco do Cego print shop. The analysis of these texts allows us to perceive quite a lot about the Portuguese political culture in the 18th century, opening up possibilities to understand the apparently contradictory relationship between the construction of the modern state and the client networks based on gift and favor.

Key words: book history, reading history, dedications, Arco do Cego, D. Rodrigo de Souza Coutinho.

¹ O presente artigo é resultado de pesquisas financiadas pelo CNPq e pela Fundação Araucária.

² Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Integrante do CEDOPE – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses (UFPR).

³ Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Integrante do CEDOPE – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses (UFPR).

A Casa Literária do Arco do Cego foi fundada em 1799 e existiu até 1801. A sua criação envolveu alguns nomes emblemáticos do último período da ilustração portuguesa, em especial D. Rodrigo de Souza Coutinho (1745-1812), idealizador do projeto, e frei Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), diretor da instituição em seus três anos de existência. Agindo em nome do príncipe regente D. João, eles imprimiram à gestão política da casa editorial características típicas do Antigo Regime Português. O empreendimento já foi bastante explorado pela historiografia contemporânea, tanto na vertente da história do livro e da leitura, quanto da história política e da história das ideias. Em Portugal, Curto (1999), Faria (1999) Nunes e Brigola (1999) são os principais autores a tomarem os livros produzidos no Arco do Cego por objeto de seus estudos. Kury (2004), Wegner (2004) e Boschi (2006) buscaram entender tais obras em sua condição de produto de um empreendimento científico colonial. Outros autores, como, por exemplo, Cruz (2002) e Pereira (2002, 2006), estudaram-nas tendo em vista a atuação, no contexto científico português, dos luso-brasileiros envolvidos no projeto.

O presente estudo não pretende acompanhar a trajetória do empreendimento editorial, nem abordar o conjunto de livros produzidos, nem sequer a distribuição dos mesmos. O *corpus* documental abordado neste trabalho prende-se a um simples detalhe na composição dos livros editados no Arco do Cego: as dedicatórias presentes na abertura das obras.

Apesar de se apresentarem como um mero detalhe, as dedicatórias acabam por dizer muito sobre a cultura política do ambiente em que foram produzidas. Nessa perspectiva, interessa apontar algumas características fundamentais do projeto político de D. Rodrigo de Souza Coutinho, gestor e mentor do Arco do Cego. Primeiramente, é necessário ter em mente que este projeto baseava-se em duas perspectivas políticas, que hoje tendemos a ver como contraditórias, mas que na época eram perfeitamente operacionais e compatíveis.

A oposição entre uma maneira de conceber a política fundada na reforma do aparelho de Estado, no domínio fiscal, militar ou da administração da justiça, e uma outra, baseada em dádivas liberais, mercês e na formação de laços pessoais ou clientelares tinha as suas raízes bem localizadas numa cultura política de Antigo Regime (Curto, 1999 p. 32).

D. Rodrigo de Souza Coutinho, o primeiro Conde de Linhares, era afilhado do Marquês de Pombal e,

após a morte de Martinho de Mello e Castro, sucedeu-o assumindo a Secretaria da Marinha e Ultramar. A trajetória política de Souza Coutinho é mais uma evidência a contrariar a noção corrente que vê o governo de D. Maria como o momento de uma “viradeira” política. O que se observa através das ações do ministro do ultramar é, de fato, a tentativa de dar continuidade ao “projeto pombalino” de desenvolvimento científico e industrial de Portugal. A forte influência política de Souza Coutinho durante a regência de D. João se expressa através das diretrizes que ele imprimiu ao seu amplo projeto de investigação científica, voltado especialmente para o universo das colônias.

Entre a sua gestão na pasta da Marinha e do Ultramar e a de seu antecessor, Martinho de Mello e Castro, houve continuidades e descontinuidades. Uma das marcas da ação de Souza Coutinho foi a ampliação da ênfase nas colônias. A atuação científica de Mello e Castro caracterizou-se por uma política de recolha de espécies zoológicas e botânicas para o Jardim Botânico e Gabinete de História Natural da Ajuda. O auge do processo ocorreu ainda no reinado de D. Maria, com o envio de expedições filosóficas às colônias da América e da África. Com Souza Coutinho, ocorreriam certas mudanças. A recolha de espécimes cresceu, mas houve uma pulverização de ações. Em vez de organizar viagens filosóficas integradas por naturalistas, desenhistas e jardineiros botânicos, o novo ministro preferiu comissionar diversos agentes da coroa para que cumprissem tarefas científicas específicas. A mudança de maior vulto ocorreu, no entanto, em relação à produção e divulgação do texto científico. D. Rodrigo acreditava especialmente no poder da palavra impressa, e assim as “memórias”⁴ passaram a ocupar o centro das atenções.

Com a publicação das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, e mais ainda durante o consulado Souza Coutinho, o texto filosófico ganharia um outro estatuto. Embora desse continuidade à política de recolha e mesmo a ampliasse, o conde de Linhares era antes um ávido colecionador de memórias do que de “curiosidades naturais” (Pereira, 2002, p. 39).

O Conde de Linhares encontrou no frei Mariano da Conceição Veloso o parceiro ideal para a sua principal empreitada editorial, a qual era dedicada às colônias americanas. Frei Veloso era natural de Minas Gerais e tornou-se um importante naturalista, apesar de não ter frequentado a universidade. Ganhou prestígio no

⁴ José Luís Cardoso fala mesmo na existência de um movimento “memorialista e projetista”, caracterizado por realizar o “inventário e descrição de situações econômicas e apresentação de propostas para sua mudança” (Cardoso, 1989, p. 38).

meio científico português por ter realizado um amplo levantamento da flora do Rio de Janeiro, por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos. Mudou-se para Lisboa, acompanhando o vice-rei, com o propósito de publicar a sua *Flora Fluminensis*. No entanto, desde 1792, o processo de editoração da obra se arrastava. Após assumir a Secretaria do Ultramar, Souza Coutinho deu ordens expressas para que fossem concedidos diversos apoios e facilidades ao naturalista (Borgmeier, 1961, p. 21). Mesmo assim, a publicação continuou paralisada. Foi neste período, no entanto, que Souza Coutinho e Veloso envolveram-se em uma parceria que, dois anos depois, iria desembocar na criação da tipografia do Arco do Cego.

Naquele exato momento, o principal interesse do conde de Linhares era a produção de salitre e de outros compostos que serviam de insumo à fabricação de pólvora, porcelana, têxteis, etc. (Luna, 2009). Entre as primeiras obras traduzidas e organizadas por Veloso sob os auspícios do ministro estavam as que se dedicavam a métodos de fazer salitre (Chaptal, 1798) e potassa (Veloso, 1798), de autoria do famoso químico francês Chaptal e de Richard Watson, professor de química em Cambridge.

Essas duas obras, que antecedem a criação física da tipografia do Arco do Cego, já traziam em evidência na portada indícios de que eram fruto da chancela da coroa. Ou seja, o empreendimento editorial iniciou antes mesmo da instalação da oficina de impressão na Quinta do Arco do Cego. O opúsculo contendo o extrato da obra de Chaptal embora “traduzido e impresso por ordem de Sua Magestade”, não contava, todavia, com uma dedicatória. Já

a *Alographia*, que reunia excertos da obra de Watson e de outros químicos, levava as marcas que iriam caracterizar uma parte expressiva dos livros produzidos no empreendimento editorial comandado por Souza Coutinho e Conceição Veloso. Neste caso, a chancela deixava de ser a de “Sua Magestade” e passava a ser a de “Sua Alteza Real o Príncipe do Brasil”, ou seja, D. João. Além disto, a obra principiava por um texto laudatório que atribuía ao príncipe a iniciativa da publicação, como pode ser visto na folha de rosto da *Alographia* (Figura 1).

Ao mesmo tempo em que iniciava a parceria editorial com frei Veloso, D. Rodrigo incluía integrantes da intelectualidade luso-brasileira em seu projeto de produção de salitre. João da Silva Feijó foi encarregado de fazer experimentos sobre a produção artificial de salitre em Lisboa, juntamente com Conceição Veloso. No Brasil, foram mobilizados, dentre muitos outros, João Manso Pereira, em São Paulo, e Joaquim Veloso de Miranda, em Minas Gerais. Tinha início, uma forma de agir que caracterizou o “consulado” de D. Rodrigo (Silva, 2006, vol. 2, p. 191). Tal *modus operandi* pautava-se pela pretensão de articular os interesses da corte com os das “elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português” (Wegner, 2004, p. 132).

Como parte deste projeto político, o acervo de obras produzidas no Arco do Cego (pouco mais de oitenta títulos) pode ser entendido tanto como um elemento na construção de um Estado moderno de políticas públicas,

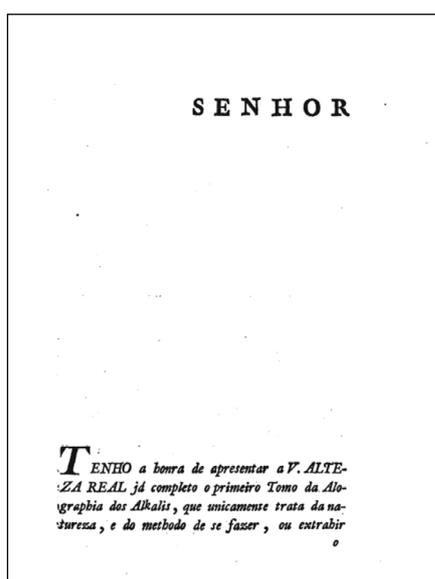
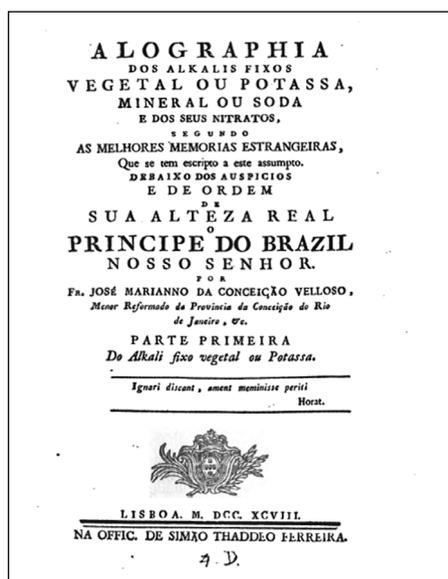


Figura 1. Frontispício e início da dedicatória da *Alographia dos Alkalis Fixos*.

Figure 1. Front page and first part of the dedication of *Alographia dos Alkalis Fixos*.

quanto pode ser inserido no âmbito do mecenato e do clientelismo do Antigo Regime. Clientelismo imperial, diga-se de passagem, uma vez que a casa editorial agregou, desde o seu início, a intelectualidade luso-brasileira que vivia em Portugal, colocando-a na órbita de Souza Coutinho. Podemos considerar, portanto, que a produção literária do Arco do Cego, “breve, mas intensa”, foi um exemplo cabal do projeto político de Sousa Coutinho em seus diversos sentidos, inscrevendo-se, juntamente com outras instituições contemporâneas como a Academia de Ciências (Curto, 1999, p. 48-49), em

uma política colonial que, tanto no plano interno quanto no plano externo, realçava o Brasil, sem esquecer a Índia. E a produção tipográfica de obras relativas à América Portuguesa [...] era um imperativo, num momento em que a prosperidade comercial da metrópole se lhe devia (Curto, 2007, p. 279).

A principal característica da linha editorial da Tipografia do Arco do Cego era, portanto, estimular a produção e dar divulgação ao conhecimento científico e técnico que propiciasse o progresso econômico daquilo que, à época, se entendia por “nação”:

A tentativa de constituição de uma massa sólida de conhecimentos sobre a natureza brasileira, aliada a uma utilização sistemática de bibliografia internacional, fez parte das ambições dessa geração de homens de ciência e foi acompanhada por mais três características relevantes: a crítica do modelo português, a exaltação de outros sistemas de colonização e a valorização da experiência brasileira e tropical (Kury, 2004, p. 122).

A recepção dessas obras, em Portugal e no Brasil, já foi objeto de outros estudos, assim como os pressupostos iluministas/utilitaristas que inspiraram tanto o empreendimento do Arco do Cego em si, quanto o projeto pombalino maior, continuado por Linhares, no qual se integraram frei Veloso e outros ilustrados brasileiros. Como já dissemos, interessa-nos aqui um outro aspecto desse *corpus* documental, que se insere na charneira entre as práticas de Antigo Regime e as do Iluminismo propriamente dito, qual seja, as dedicatórias e outros textos laudatórios que abrem a maior parte das obras que compõem o projeto editorial de D. Rodrigo de Souza Coutinho.

O presente trabalho posiciona-se, portanto, no território da produção historiográfica relativo ao estudo da história da palavra impressa, que se ocupa das práticas de escrita e leitura, envolvendo aí o mundo do livro em sua

produção e consumo. Neste sentido, aproxima-se das tradições específicas da história da leitura, como foi desenvolvida principalmente por Chartier (1995, 2002) e Darnton (1986). As reconstruções feitas dentro desta abordagem têm privilegiado (ainda que não exclusivamente) estudos sobre as sociedades de Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII. É neste período que a palavra impressa passa a ter penetração maior e mais marcada em relação a outras formas de transmissão de conhecimento. Assim, é que se compreende a importância que passa ser dada à escrita e aos seus suportes, por parte das autoridades que buscavam “regular os comportamentos e moldar as mentes” através do papel “pedagógico, aculturador e disciplinar atribuído aos textos em circulação para um corpo mais amplo de leitores” (Chartier, 2002, p. 56). O empreendimento editorial criado pelo Conde de Linhares e conduzido por frei Veloso tinha essa exata feição pedagógica.

Sobre dedicatórias

Em conformidade com essas premissas de ordem teórica, a abordagem desenvolvida no presente trabalho tem por objeto as dedicatórias das obras editadas no Arco do Cego bem como o próprio ato de dedicar livros. Estudos sistemáticos sobre a dedicação de livros no Antigo Regime português ainda são pouco comuns. As dedicatórias, mais frequentemente, aparecem como questão secundária na abordagem de outros temas. Magnus Pereira, por exemplo, observou que entre as estratégias adotadas por Elias Alexandre da Silva Correia para tentar ascender na carreira militar estava a de dedicação de livros e manuscritos (Pereira, 2006). Este militar luso-brasileiro enviado a Angola era explícito em seus propósitos de “adquirir no Serviço Real o acesso dos postos, & estimação dos homens condecorados, & bem nascidos”. Sua trajetória, no entanto, mostra que havia uma inversão de ordem em seu *modus operandi*. Ele foi um bajulador de homens “bem nascidos”, buscando-lhes a estimação, com vista ao “acesso dos postos”. A *adulatio* era, de fato, um padrão corrente nas relações patrono-cliente (Hespanha, 1993, p. 169). Em 1778, Silva Correia publicou em Lisboa um pequeno livro sobre as peripécias de sua travessia do Atlântico no navio Nossa Senhora da Ajuda (Silva Correia, 1778). O opúsculo foi dedicado a José de Seabra da Silva, que, da condição de banido para a África por Pombal, voltaria ao alto escalão do governo, tornando-se Ministro do Reino, em 1788. Silva Correia aproveitou para inserir no final do livro também uma ode ao conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello, criador da Academia Brasileira dos Renascidos.⁵ A *História de Angola*, sua obra

⁵ Silva Correia era publicamente um protegido do conselheiro. De fato, era seu filho bastardo (ver Castelo Branco, 1932, p. 118).

maior, permaneceu inédita por mais de um século (Corrêa, 1937). No entanto, o manuscrito incluía uma longa dedicatória ao Príncipe D. João. A seguir, apresentava à coroa a cobrança pelos anos de sacrifício em Angola. Os historiadores Thornton & Miller, referindo-se a esta obra, disseram que “o seu manuscrito deve, assim, num certo sentido, representar uma das mais longas e elaboradas petições ao favor real jamais dirigidas à corte de Lisboa” (Thornton e Miller, 1990, p. 27).

As dedicatórias de cada obra devem ser consideradas como parte integrante dos livros nos quais aparecem, ainda que por vezes elas tenham ‘histórias’ próprias, como veremos. O exemplo acima fornece indícios que ajudam esclarecer alguns aspectos importantes do funcionamento dos sistemas de clientelismo de que participam. Dedicar significa também designar ou nomear. Entre outros propósitos, o ato de dedicar pretende fazer com que a própria obra ofertada, “ao menos figurativamente, torne-se propriedade do patrono, permanecendo dele sem importar quem possua as cópias” (Buchtel, 2004, p. 10). A dedicação também visava transformar o receptor (o rei ou um outro grande homem) em autor, sendo uma das formas de “inscrever a relação cliente/patrono em uma afirmação de soberania absoluta do príncipe, que possuía não somente o que deu, mas também o que recebeu” (Chartier, 1995, p. 37).

Este aspecto se reveste de particular importância em sociedades como a de Portugal do Antigo Regime, cujo funcionamento já foi definido como uma cadeia de mercês (Olival, 2001), na qual graças, dádivas, e dons “não eram ações isoladas ou distorções, mas atos que se inseriam em cadeias de obrigações recíprocas inerentes ao próprio funcionamento daquelas sociedades” (Pereira, 2006, p. 111). No caso dos livros, como anotou Ana Delmas, “A dedicatória impressa era personificação da troca de benefícios por prestígio e afirmação de poder; manifestação textual dessa relação de interdependência, da troca de poder simbólico por privilégios com rendimentos materiais” (Delmas, 2008, p. 37).

Nessa sociedade de poderes simbólicos, a economia dos privilégios encontrava-se de tal forma enraizada no ambiente de corte, que se tornou sua essência. O sentido da vida de um privilegiado residia no próprio fato de haver recebido uma benesse, e sua perda significava um esvaziamento de sua existência. Grupos de letrados da corte começaram a questionar o próprio sistema, mas não foram capazes de se desligarem dessas engrenagens. A necessidade do prestígio e a facilidade de perdê-lo – arruinando-se, dessa forma, a existência social e o próprio meio de vida – eram elementos impulsionadores da manutenção desse esquema de privilégios (Delmas, 2008, p. 34).

Além disso – e por causa disso – as dedicatórias funcionavam também como um subterfúgio sutil para evitar ou pressionar a censura, o que fazia com que, ao aceitar uma dedicação, a grande figura a quem o livro era destinado retribuísse de imediato ao autor com uma mercê: publicar com mais “liberdade”. Como alertou Negroni, “ao aceitar o dom de um livro, reconhece-se implicitamente o valor [da obra] e recobre-se o autor e a obra com a proteção do destinatário da dedicatória” (Negroni, 1995, p. 58). Chartier, ao analisar exemplos franceses, chega a conclusão semelhante.

Para aqueles que escreviam e publicavam, a oferta de um livro a um príncipe era um ato sobre o qual toda a sua existência podia depender. Ao aceitar ou recusar uma dedicação, o soberano achava-se na posição de dar ou não a legitimidade a um trabalho (ou a uma descoberta) (Chartier, 1995, p. 36).

No caso das obras do Arco do Cego há uma peculiaridade a considerar. O ciclo da oferenda e da graça retributiva fechava-se nos próprios livros, ou pelo menos na maior parte deles. As obras estrangeiras traziam na portada “Traduzido de ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor”. No caso das redigidas em português constava “Publicada debaixo dos auspícios e ordens de Sua Alteza Real”. Por vezes aparecia uma autorização mais simples e direta “Por ordem Superior”, indicando, nesse caso, que a publicação ocorrera provavelmente por determinação de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Em todos esses exemplos, o que estava sendo afirmado é que as obras em questão não haviam passado pela censura, já que publicadas sob a chancela direta ou indireta do Príncipe.

Do ponto de vista literário, a *dedicatória* era um estilo de retórica, ensinado e estudado nas universidades europeias, a partir da obra de Tomas de Aquino (mas não somente dela), e compunha-se de diversas partes preestabelecidas.

Dividia-se em exórdio (em que se remetia a algo deletável, ilustre que fizesse degrau ao argumento da obra); proposição (exposição dos motivos de se escrever a obra, o método, utilidade, necessidade da mesma, que se expunha ao patrono eleito); confirmação (mostra-se o quanto o autor deve ao patrono, mencionando o amor, a piedade e o obséquio para com ele, ou ainda o desejo de lhe ser grato, apregoando os seus merecimentos e louvores); e conclusão (momento em que se recomenda a obra para ser defendida e livre dos maldizentes, e que com o patrocínio adquirido promete-se enviar ao patrono obras melhores, melhor trabalhadas e mais

dignas do esplendor do benfeitor). Uma parte final, também chamada de resposta, deve compreender a gratidão e os louvores tanto da obra dedicada quanto de quem a oferece, veementemente assinalados, para que continuem a servir à utilidade pública (Delmas, 2008, p. 99).

As obras do Arco do Cego, no geral, obedeciam aproximadamente a esse esquema. Ocorriam algumas variações, que eram antes no nível dos detalhes e do ordenamento das partes componentes do que mudanças de fundo. Veja-se, por exemplo, a Figura 2 na qual aparece a Dedicatória incluída na tradução, feita por José Ferreira da Silva, do livro sobre as propriedades da quina do padre Comparetti (1801).

O que se observa, portanto, é a utilização de um estilo consagrado na retórica. O homenageado era alçado à condição de coautor, de maneira que as honras derivadas da obra dedicada fossem divididas entre patrono (homenageado) e cliente (autor da dedicatória), inserindo o livro nas cadeias de dádivas, tão características do Antigo Regime. Isto ocorria tanto em Portugal, quanto no restante da Europa.

No conjunto das obras publicadas no Arco do Cego, as dedicatórias impressas estão presentes em cerca de um terço delas (principalmente nas traduções do frei Veloso), e, invariavelmente, são dirigidas ao regente Dom João. Esses números são condizentes com a proporção de dedicatórias e a escolha dos destinatários encontradas em

outras pesquisas do período. Em seu estudo sobre a Imprensa Régia, entre 1788 e 1800, Ana Delmas constatou que de 553 livros editados pela Imprensa Régia, entre 1788 e 1800, 176 eram dedicados principalmente a D. José I, ao Marquês de Pombal e a D. Maria I (Delmas, 2008, p. 77-83).

Interessam, nesta análise, as recorrências e peculiaridades discursivas desses pequenos textos com relação ao universo aparentemente paradoxal das perspectivas políticas do final do século XVIII e início do XIX. Para fins comparativos, as dedicatórias foram divididas em dois grupos, os publicados nos prelos do Arco do Cego e aqueles mandados imprimir em outras tipografias, ambos organizados a partir do catálogo do Arco do Cego, feito pela Biblioteca Nacional de Lisboa e pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda de Portugal (Campos, 1999, p. 10-13).

No primeiro grupo, foram incluídas as oitenta e três obras que, entre 1799 e 1801, mencionam na imprensa a “Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego”. Vinte e oito (33,7%) destes livros são precedidos por dedicatórias impressas. Outras quatro obras podem ser incluídas por serem inteiramente dedicadas a D. João, dispensando a formalidade da dedicação. São elas o poema que Bocage escreve para o aniversário de D. João (Bocage, 1801), a *Ode ao feliz governo de S. Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor*, de José de São Bernardino Botelho, a coletânea de poemas de diversos autores que o Intendente de Polícia Diogo Ignacio de Pina Manique ofereceu a D. João em 1801 com o título *Tributo de gratidão*

SENHOR,

NÃO he a ambição da gloria, nem o interesse, que me trazem à Augusta presença de V. A. R., o amor da Patria, e o zelo de vassalo amante do Publico, estes são, SENHOR, os fortes estímulos, que me dirigem: as tristes circumstancias, em que estava toda esta Corte pelo temor da peste, que a sabia Providencia, e justas medidas do V. A. R. tem sabido tão bem prevenir, deraõ motivo a ser eu incumbido de traduzir do Francez huma pequena Historia dos Lazaretos, e humas resumi-das Direcções Italianas para prevenir a mesma peste. Agora que tive hum exemplar deste pequeno Tratado, que traduzi, sobre a Quina do Brasil, tão rica de virtudes medicas, a quem o deveria offerecer senão, a V. A. R. em cujo reinado todo o Brasil conta a época da sua felicidade? O amor da humanidade me não permite deixar por mais tempo em silencio o

conhecimento de hum soccorro tão efficaz, e hum bem intencionado Patriotismo me obriga, SENHOR, a publicar, que aquelle fértil paiz, também abunda de generos os mais activos no uso medicq. Queira V. A. R. conceder-lhe a sua benigna attenção, não olhando para o imperfeito da traducção, mas sim para o util da materia, e o zelo do bem publico.

Sou com o mais profundo respeito

De V. A. R.

O mais humilde vassallo

José Ferreira da Silva,

Figura 2. Dedicatória feita pelo tradutor da obra: *Observações sobre a propriedade da Quina do Brasil*.
Figure 2. Dedication written by the translator of *Observações sobre a propriedade da Quina do Brasil*.

que a patria consagra a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor e a cantata a três vozes intitulada A vassalagem: [...] A Lealdade, A Fortaleza, A Constancia; dedicada ao Feliz dia natalicio de SUA ALTEZA REAL o Príncipe Regente N.S. Pio, Augusto, Feliz, Pai da Patria.

Estes indivíduos, ao fazerem das dedicatórias moeda corrente da economia de dádivas, tornam visíveis estas características das relações sociais de Antigo Regime. Bocage (1765-1805), neste aspecto, é exemplar, uma vez que seu *Elogio...* é um agradecimento ao Conde de Linhares por tê-lo acolhido em sua rede de clientelismo, imediatamente após o período de prisão que lhe foi imposto por Pina Manique e pela Inquisição. Anos depois, o polêmico poeta também publicou homenagem a frei Veloso (Bocage, 1805). José de São Bernardino Botelho, por sua vez, com 59 anos à época da publicação do livro, era cônego da Basílica Patriarcal Santa Maria, Abade Reservatório de Gondar (Camargo e Moraes, 1993, p.87), autor de diversas obras laudatórias semelhantes às do Arco do Cego, como os “Sonhos poéticos consagrados aos Faustos desponsórios do... D. Luis Machado de Mendonça...” de 1802, ou a “Profecia política realizada no excelente Arthur Lord Wellington...”, de 1811 e se encaixava melhor na imagem de homem do Antigo Regime que o poeta, tradutor de Rousseau e Voltaire, condenado por dissolução dos costumes e ideias republicanas. Pina Manique, responsável pela prisão de Bocage, fora homem de confiança do Marques de Pombal que conseguiu se manter nas boas graças de D. Maria e se tornar intendente de polícia, mostrando sua habilidade para circular nos meandros sociais da nobreza do Antigo Regime.

Um segundo grupo, formado por 56 obras, foi elencado no levantamento feito pelos pesquisadores da Biblioteca Nacional de Lisboa e pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda para a exposição e livros que comemoraram o bicentenário do Arco do Cego. Estão incluídos aí livros publicados em outras tipografias portuguesas que se associam, de alguma forma, ao frei Veloso, a D. Rodrigo ou à própria oficina do Arco do Cego (Campos, 1999, p. 12). Quatorze (25%) desses livros têm dedicatórias impressas e fizeram parte do presente estudo.

Como visto anteriormente, é fundamental a compreensão de que, em uma sociedade clientelista como a de Portugal do Antigo Regime, a dedicação do livro a uma personalidade de importância social permitia ao autor da obra compartilhar a autoria com a pessoa a quem o livro era dedicado, garantindo-lhe uma independência relativa, fornecida pela proteção patriarcal.

As noções até aqui desenvolvidas, sobre a dedicação das obras, parecem responder à primeira questão suscitada pelo corpo documental. Por que, apesar de D. Rodrigo de Souza Coutinho ser o mentor da Casa Literária do Arco do Cego, os livros lá produzidos eram dedicados exclusivamente a D. João? Há uma única obra dedicada ao Conde de Linhares⁶, e uma outra a frei Veloso⁷, mas ambas são antes dedicadas ao príncipe regente. Este virtual monopólio das dedicatórias sugere que Souza Coutinho era responsável por uma diretriz, ou recomendação, de que somente o príncipe regente fosse alvo das dedicações dos livros editados pelo empreendimento editorial.

Quando comparadas, as dedicatórias a D. João demonstram uma característica comum, o que diz respeito, provavelmente, às fórmulas retóricas consagradas, conforme visto acima quanto ao modelo de Tomás de Aquino. Todas abrem com a invocação “SENHOR”, destinada a D. João, e praticamente todas terminam apresentando o autor como seu vassalo, utilizando diversas combinações das palavras *fiel, humilde, obediente, respeitoso*, enfatizando a ideia de redes de clientelismo das quais as dedicatórias participam, como no exemplo abaixo, escrito por José Agostinho de Macedo:

SENHOR

Desejando dar à poesia hum emprego digno de seus sublimes voos, escolhi o Espectaculo que a Natureza offerece aos olhos de hum filosofo; e desejando dar ao meu Poema, o mais Alto e digno Protector, escolhi a V. A. R. A Razão e a Justiça applaudirão huma, e outra escolha. Guarde DEOS a V. A. R. como a Religião, e o Império hão mister, e deseja

O mais fiel vassalo (Macedo, 1801).

A dedicação das obras a D. João garantia legitimidade aos textos e proteção aos autores, que se esforçavam para continuar merecendo esta proteção, pois sua inserção na “sociabilidade político-letrada” do Antigo Regime “era caracterizada por uma inter-relação entre os contatos pessoais e ocupações de cargos ou funções político-administrativas, em um vínculo entre competências técnicas e relações de confiança” (Wegner, 2004; Curto, 1999).

Outra característica comum às dedicatórias em análise é a atribuição, a D. João, de características que não correspondem, hoje, à imagem dele perpetuada pela historiografia, principalmente a republicana. D. João é descrito, principalmente no *exórdio* das dedicatórias, como benevolente,

⁶ Feita por Pinto (1801).

⁷ No poema de José Agostinho de Macedo, *Contemplação da natureza* (1801), situado depois da dedicatória a D. João e depois do prefácio do autor.

bondoso, clemente, benigno, paternal, provedor, afável, amoroso, o melhor dos príncipes, grande Pai das famílias, promotor das ciências, protetor da agricultura e dos estudos, restaurador da marinha. Ele também é alvo da gratidão do povo, executor de um “memorável reinado” (mesmo antes de sua mãe morrer e ele de fato tornar-se rei), o melhor dos príncipes, possuidor da confiança dos súditos, dono de uma bondade augusta, entre outras atribuições. É importante perceber essas qualificações como parte do formulário clientelista, sendo comuns a outros textos de dedicação a outros reis, ou protetores nobres, mais do que representações da personalidade de D. João segundo parâmetros contemporâneos.

No tocante à autoria das dedicatórias, é importante notar que uma grande quantidade delas (12 nos livros publicados no Arco do Cego e sete no grupo de livros afins) foram assinadas pelos tradutores das obras, sendo que as originais foram ignoradas. As dedicatórias assinadas pelos próprios autores foram 12 nos livros do Arco do Cego e duas no segundo grupo de livros, com três e duas dedicações, respectivamente, feitas pelo editor da obra – o frei Veloso.

Frei Veloso, aliás, predomina nesta categoria sendo autor de um total de 14 dedicatórias, como editor (5), autor (1) ou tradutor (8), no total de livros analisado aqui. Depois dele, os autores mais profícuos dos textos de dedicação – como autores ou tradutores – são Vicente Coelho Teles e José Feliciano Fernandes Pinheiro (que viria a ser o Visconde de São Leopoldo do Brasil Monárquico), com três textos assinados por cada um deles.

Ao analisarmos as dedicatórias, as contradições apontadas acima por Diogo Ramada Curto quanto à coexistência de quadros de pensamento do Antigo Regime e ideias “iluministas” ficam mais explícitas. As alegações quanto aos motivos são particularmente elucidativas. Ao justificarem ao Regente, leitor privilegiado transformado em coautor, por que escreveram ou traduziram as obras, ou, principalmente, por que as dedicaram a D. João, os autores revelavam aspectos diversos dessas mesmas supostas contradições.

As justificativas que explicam as dedicatórias (contidas em sua *proposição*, para mantermos em mente as recomendações do método de retórica) reforçam relações pautadas pelo clientelismo do Antigo Regime. Neste sentido, José Agostinho de Macedo, na dedicatória transcrita acima, pretende “dar um protetor ao poema” que escreveu para D. João; Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva buscou obter reconhecimento pela tradução que realizou de Robert Fulton, obra cuja publicação traria reconhecimento a D. João, devido a certas características de sua administração, dentre as quais o estímulo à versão de obras úteis:

Des que V.A.R. tomou a governança do Estado se tem esmerado em promover os melhoramentos, e invenções uteis, de que a incuria dos tempos tinha feito carecer Portugal; a posteridade, juiz frio e imparcial, não deixará de fazer apreço das intenções, e sabedoria das medidas de V.A.R., e fazer-lhes a devida justiça. Entre estas medidas, à meo ver, não he de pouca monta a ordem de traduzir-se o Tratado de Roberto Fulton sobre os pequenos Canaes, passo, que reputo como degrão para o ulterior estabelecimento de hum systema asizado de Canaes (Fulton, 1800).

Na obra de José da Silva Lisboa consta uma dedicatória feita em reconhecimento pelos benefícios recebidos, em virtude da liberalidade do Regente, além do “desejo de fazer ao Estado algum serviço duravel” e buscando “contribuir de algum modo para extensão, e prosperidade do Commercio Nacional” (Lisboa, 1801). Na de José Joaquim Viegas Menezes, por sua vez, a dedicação foi elaborada como demonstração de respeito e aprovação, na expectativa de continuar trabalhando a serviço do príncipe, ao mesmo tempo em que era louvada a proteção real às artes gráficas, o que teria permitido que ele realizasse sua tradução do *Tratado da gravura* de Abraham Bosse:

parece que se conforma a minha offerta com zello, e feliz acerto, com que V. A. R. se tem dignado promover, e aperfeiçoar a Gravura pela brilhante Direcção da Officina Calcographica nas caza Litteraria desta Corte; onde influindo os favoraveis Auspicios da Real Beneficencia, prosperamente se tem aberto esta Flor, que, ainda a pouco, envolvida no ressicado germe da indolencia, existia entre nós tão pouco conhecida, ou pelo menos tão pouco cultivada (Bosse, 1801).

Os motivos expressos nas dedicatórias dos livros dos autores e tradutores brasileiros ou reinóis para dedicar os livros a D. João incluem outras manifestações de respeito e “reconhecimento”, bem como a vontade de “ser agradável ao príncipe”, a “satisfação dos justos deveres”, o desejo de “aceitação real” e, sinal de “amor e vasalagem”, além tornar públicas as “zelosas e paternas inclinações de D. João”. As razões alegadas para escrever ou traduzir as obras – ainda na *proposição* – continuam a afirmar as relações patriarcais, embora algumas outras idéias apareçam. Na obra de Bernardino Antonio Gomes, a “Memória sobre a Ipecacuanha Fusca”, o texto de dedicação diz que havia a pretensão de “cooperar alguma cousa para o bem da humanidade e, particularmente da Nação”. Não obstante, as fórmulas utilizadas mantinham-se no quadro da submissão para com o mecenas real:

Mas parecendo-me que esta pequena Memoria continha algumas noções novas, e uteis ao publico, e observando que V.A.R., nada desprezando do que pôde contribuir para o bem da Nação, se digna ser hum Mecenas geral não só dos sabios, mas de todos os litteratos, que desejão ser uteis, julguei-me nesta classe com titulos sufficientes para aspirar á honra, e fortuna de apresentar ao publico estas poucas e incultas, mas aparentemente não inuteis paginas debaixo da Égide sagrada do AUGUSTO NOME de V.A.R. (Gomes, 1801).

Frei Veloso, por sua vez, atribuiu a escrita da “Memória sobre a Cultura e productos da cana de assucar”, de José Caetano Gomes, ao objetivo de “fazer felices os Habitadores do Brasil, por uma bem entendida agricultura” (Gomes, 1800). O mesmo frei Veloso afirmou ter traduzido a obra de Jaques Barbut, “Helminthologia portuguesa” (publicada porém na “Officina de João Procopio Correa da Silva”, em 1799 e não no Arco do Cego) tanto para o bem da humanidade quanto para granjear as benesses de D. João, já que o soberano, como o rei bíblico Davi, possuía, em “seu Augusto, e terno coração, em grão heroico, as mesmas virtudes, e piedosos sentimentos daquelle antigo Soberano” (Barbut, 1799). No livro de Ildefonso Leopoldo Bayard, por sua vez, está expressa a aspiração de que Portugal e a língua portuguesa se iguallassem à nação e língua francesas, devido ao incentivo de D. João,

por que conhece, que ellas [as traduções] são os meios, por que as linguas se fazem universaes, e razão porque a lingua Franceza o he tanto, não só porque ha muitas obras boas nella escritas; mas tambem porque quasi todos os livros bons escritos n'outras linguas nella se achão traduzidos.

Eu me lisongeio pois com a esperança de que a minha Nação, sendo assim como eu, animada pela Benignidade de V.A.R., venha a fazer a nossa lingua (em nada inferior à Franceza) tão universal como esta hé (Bayard, 1801).

Essas dedicatórias chamam a atenção porque trazem em si valores como o bem da humanidade e a felicidade, que são pontos chave do pensamento iluminista do século XVIII, ao mesmo tempo em que reiteram as formas de organização social do Antigo Regime. Ao par disso, a valorização da Nação como elemento de construção de identidade também é um fenômeno localizável na Europa a partir da segunda metade do século XVIII. O tom geral da dedicação que aparece na obra de José da Silva Lisboa ilustra a preocupação com a ideia da “nação”

portuguesa, e de como os livros podem contribuir para “melhorar” esta mesma nação:

O desejo de fazer ao Estado algum serviço duravel, unido ao reconhecimento dos beneficios, que devo á Real Munificencia, animou-me a levar ás Augustas mãos de V.A.R. o presente trabalho, que emprehendi, no designio de contribuir de algum modo para extensão, e prosperidade do Commercio Nacional (Lisboa, 1801).

Note-se que a pátria, tal como é referida, deve ser entendida em sua dimensão imperial (metrópole + colônias), principalmente se considerarmos a origem brasileira da maior parte dos autores e tradutores do Arco do Cego. Na “Nomenclatura chimica portugueza, franceza e latina”, Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, por exemplo, expressa a gratidão pelos beneficios recebidos da Coroa “desde o Glorioso Governo da Augusta RAINHA, Mãe de V.A.R.”, o que tê-lo-ia levado a consagrar os seus trabalhos à “Patria commum” (Teles, 1801). O “amor pela pátria” também está expresso na fórmula de dedicação que aparece na tradução feita por José Ferreira da Silva das “Observações sobre a propriedade da quina do Brasil”, de André Comparetti.

Não he a ambição da gloria, nem o interesse, que me trazem á Augusta presença de V.A.R., o amor da Patria, e o zelo de vassalo amante do Publico, estes são, SENHOR, os fortes estímulos, que me dirigem: as tristes circumstancias, em que estava toda esta corte pelo temor da peste, que a sabia Providencia, e justas medidas de V.A.R. tem sabido tão bem prevenir [...] (Comparetti, 1801).

Valores como a busca pelo aprimoramento da “nação”, o amor à pátria, a necessidade de “escorar a riqueza do paiz”, a “utilidade para o Estado”, entre outras justificativas, demonstram o quanto os ideais administrativos pombalinos arraigaram-se entre os agentes do Império, reafirmando, por um lado, a ideia do iluminismo como um processo amplo de práticas administrativas exercidas em meio a transformações nas sociabilidades (Kury, 2004, p. 110). Por outro lado, inscreve a atividade científica, exercida nas academias ou, neste caso, na “Typografia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego”, como parte das “novas inscrições espaciais” que alargam o círculo “dos que participam numa esfera pública centrada na figura do príncipe” (Curto, 2007, p. 24). Através da dedicatória, os autores buscam identificar-se com personalidades de autoridade e prestígio, na expectativa de alcançar a retribuição que envolvia a economia da dádiva.

Sobre livros e dedicatórias

A dedicação quase que exclusiva das obras publicadas no empreendimento editorial do Arco do Cego ao príncipe regente D. João coloca um problema historiográfico que pode ser pensado a partir de duas hipóteses de trabalho. A primeira delas, mais de acordo com as tradições literárias inglesas e francesas, nas quais a ação individual ocupa o centro das atenções, parte da premissa de que a escrita do livro, ou da tradução, e a da dedicatória são de responsabilidade de uma única pessoa: o Autor. Parece uma obviedade, mas as coisas não se processam necessariamente assim, o que leva a pensar numa segunda hipótese, a qual examina a possibilidade inversa, a de que livro e dedicatória, independentemente de quem assina, não tenham necessariamente a mesma autoria.

Para exercitarmos a primeira hipótese, é importante tentarmos entender como os autores e tradutores se inseriam na sociedade de Antigo Regime português, para que as dedicatórias ganhem sentido no seu contexto de produção – tornado opaco ao observador atual. As trajetórias de vida desses autores e a dedicação de suas obras podem ajudar a compreender melhor essa sociedade.

José Agostinho de Macedo (1761-1831), por exemplo, consolidou sua fama em torno da defesa radical do absolutismo e da condenação do ideário da Revolução Francesa e da maçonaria. Alinhando-se no campo miguelista, ele deixou clara essa defesa. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva (1773-1845), por outro lado, foi um adepto vigoroso das novas ideias. Irmão de José Bonifácio, Andrada Silva (seu nome parlamentar) participou da revolução de Pernambuco em 1817 (o que lhe custou quatro anos de prisão), da constituinte de 1821 e da constituinte brasileira de 1823, além de ter sido ministro do Império, em 1840. José da Silva Lisboa (1756-1835), primeiro barão e visconde de Cairu, atuou intensamente na Corte do Rio de Janeiro, sendo defensor de D. João VI e, após 1822, de D. Pedro I. Seguidor das ideias de Adam Smith, Silva Lisboa atuou como figura chave no Império até sua morte, como, por exemplo, ao defender a abertura dos portos no Brasil quando da vinda da Corte – ideia que foi incorporada por D. João após sua passagem por Salvador. José Joaquim Viegas Menezes (1778-1841) se firmou como gravador e entalhador, fazendo parte da “equipe” de frei Veloso no Arco do Cego, continuando o trabalho de entalhes e gravuras que o colocam como precursor desta arte no Brasil no início do século XIX (Ferreira, 1994, p. 243). Bernardino Antonio Gomes (1768-1823), médico e botânico português, foi responsável por diversos estudos de plantas oriundas do Brasil, fez parte da Real Academia de Ciências a partir de 1812

e atuou como médico particular da princesa Leopoldina no Rio de Janeiro em 1817. Ildefonso Leopoldo Bayard (1785-1856), diplomata português envolvido nas negociações da independência do Brasil, foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e embaixador português em Berlim, Viena e no Rio de Janeiro, tendo servido os sucessivos reis de Portugal até sua morte (Biker, 1856). Vicente Coelho de Seabra Silva e Teles (1764-1804) foi um dos principais químicos portugueses do período, membro da Real Academia de Ciências e professor da Universidade de Coimbra.

As vidas de todos esses autores que participaram do empreendimento editorial do Arco do Cego foram definidas pelos mecanismos do clientelismo científico e político que, por sua vez, se manifestam claramente na fórmula antiga das dedicatórias, mesmo que os interesses, temas e perspectivas dos seus próprios escritos ou traduções fosse “novos”, no sentido de se opor, tacitamente, ao Antigo Regime político ou – mais frequentemente – intelectual.

As dedicatórias de Seabra Teles nos dão algumas pistas que permitem particularizar esse processo. Seguindo a sua trajetória editorial, é possível perceber que ele usou o ato de dedicar livros como parte da estratégia de constituição de suas redes de sociabilidades pessoais e institucionais. Quando publicou seus *Elementos de Química*, em 1788, Teles, por azar, dedicou a obra à Academia Literária do Rio de Janeiro (Teles, 1788a). Esta instituição foi fundada sob os auspícios do vice-rei D. Luís de Souza, em 1786, mas foi fechada em 1794 por seu sucessor, o conde de Resende, sob a suspeita de difundir ideias revolucionárias francesas. Isto poderia ter-lhe causado problema e fechado portas, mas não foi o que ocorreu. Sua *Dissertação sobre o calor*, de 1788, foi “oferecida ao Senhor José Bonifácio de Andrada e Silva”, figura em ascensão no ambiente científico e administrativo português (Teles, 1788b). Por sua vez, o tratado em que condenava o uso de templos para sepultamento, publicado no Arco do Cego, foi dedicado ao Príncipe Regente, indicando a integração de Seabra Teles ao círculo de Souza Coutinho (Figura 3).

Assim, o que se observa é que, do ponto de vista do Autor (do livro e dedicatória inclusa), a circulação da palavra impressa funcionava como mecanismo bem arraigado de estabelecimento e perpetuação de relações sociais hierárquicas. Uma análise mais detalhada das redes de clientelismo e da ação paternalista da coroa portuguesa, realizada por comparações mais extensas das dedicações feitas em outros *corpi* editoriais, pode aprofundar essa percepção. Podemos concluir, no tocante ao desenvolvimento desta hipótese em particular, que, no Império Português, aquilo que foi teorizado por Chartier sobre a

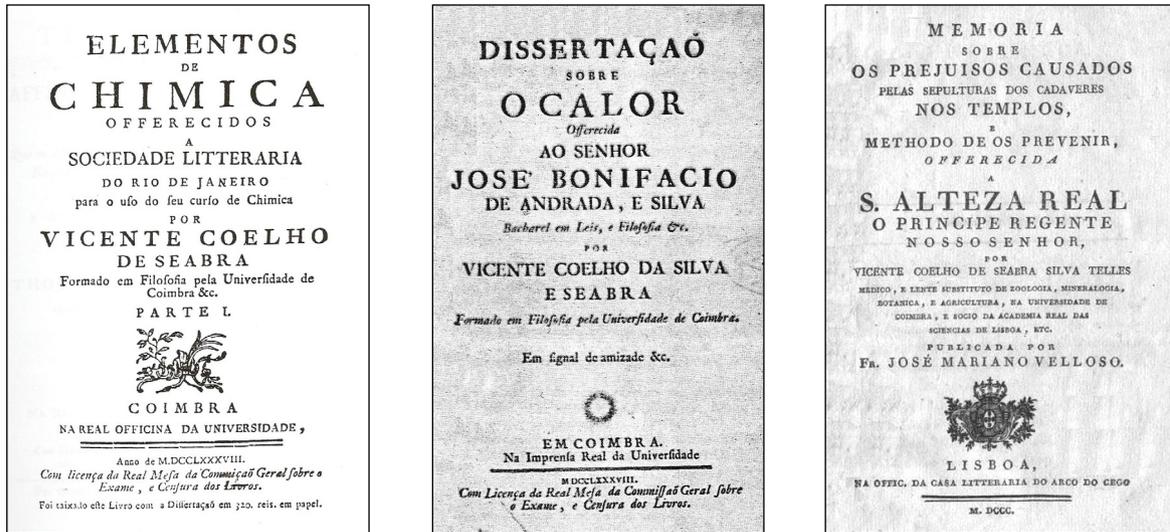


Figura 3. Frontispícios de três livros de Seabra Teles.
Figure 3. Front pages of three of Seabra Teles' books.

ação transformadora da palavra impressa sobre os modos de interação social, as formas de pensar e as relações de poder é apenas parcialmente pertinente. Em Portugal, neste aspecto, percebe-se que mudanças em curso convíviam, no entanto, com fortes permanências.

Como Filósofo mostrarei a efficacia da voz do meu Soberano

Fica por ser examinada a outra hipótese de trabalho. Como foi dito, todos os indicadores apontam para o fato de que, no período em questão, a sociedade portuguesa era ainda muito imersa na cultura política do Antigo Regime e, em decorrência, o seu mercado livreiro apresentava diferenças profundas em relação ao bem mais estudado caso francês, por exemplo. A figura do autor que se movimentava livremente, e por desígnios próprios, em um 'mercado livreiro' era ainda incipiente. Este autor é uma figura muito característica da existência de uma "opinião pública", tal qual foi pensada por Habermas e outros teóricos (Habermas, 1984). No Portugal do final do século XVIII, eram ainda incipientes os veículos impressos a dar vazão a discussões ocorridas fora do controle hegemônico da monarquia absolutista. É verdade que já circulavam "papéis sediciosos" (Alves, 2000) ou mais frequentemente alguma literatura de ficção, folhas volantes, literatura de

cordel que incluía peças teatrais curtas, como os entremeses, que negociavam a existência de um espaço de opinião com a estrutura censória da monarquia.

Já o empreendimento do Arco do Cego era tudo menos isso. Tratava-se de uma espécie de braço colateral, dedicado às colônias, da Imprensa Régia, criada por Pombal. Assim, é difícil pensá-lo como espaço de autoria independente, apesar de seus propósitos ilustrados e de quase sempre estar fora do alcance da censura. A existência de um espaço de autoria plena, ainda que de textos encomiásticos como as dedicatórias, demonstra-se frágil como hipótese de trabalho, contrariando a suposição de que os autores das dedicações fossem os autores dos livros. E se assim não fosse?

São muito raros os casos em que a documentação disponível permite acompanhar a 'história' da preparação dos livros resultantes da política editorial conduzida por D. Rodrigo de Souza Coutinho. Apenas em dois casos, a documentação disponível deixa pistas de que a dedicação exclusiva ao Príncipe D. João ia além de uma simples diretriz recomendada ou imposta aos tradutores e autores.

Um primeiro exemplo a observar ocorre com uma publicação intitulada *Memória sobre a caneleira*.⁸ Não se trata propriamente de um caso de alteração de dedicatória, mas outra forma de alteração de originais cujas motivações e efeitos pretendidos eram semelhantes. Os manuscritos preparados para publicação traziam na capa que a edição ocorria por determinação do ministro. No entanto, eles foram emendados por Alexandre Rodrigues Ferreira, por

⁸ Esta memória é de autor desconhecido, mas, por engano, costuma ser atribuída ao próprio frei Veloso.

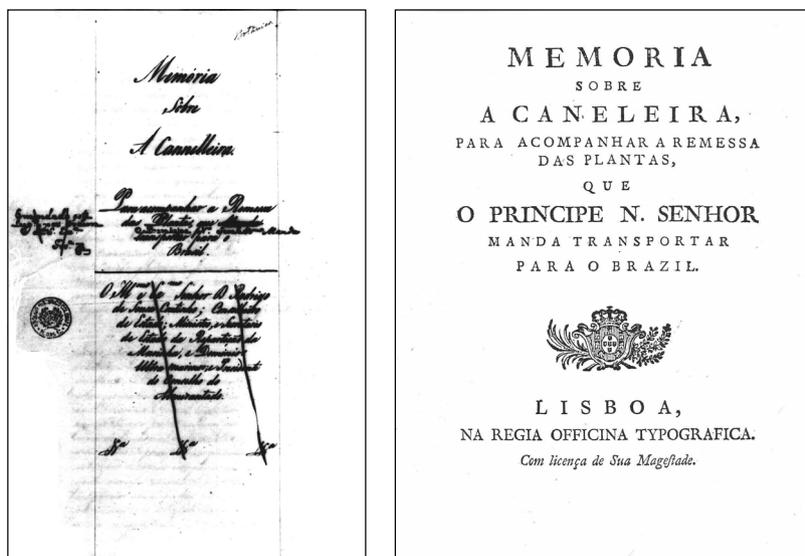


Figura 4. Comparação entre o manuscrito e o frontispício da publicação da Memória sobre a Caneleira.
Figure 4. Comparison between the manuscript and the published front page of *Memória sobre a Caneleira*.

ordem de “S. Ex^a”, conforme se observa na Figura 4. As modificações introduzidas tornavam o príncipe D. João o responsável não apenas pela publicação, mas também por enviar mudas de canela para serem aclimatadas no Brasil.⁹ Ato típico de um príncipe ilustrado, como pretendia Souza Coutinho.

Caso mais específico e bem documentado ocorreu com uma memória de Manoel Arruda da Câmara, um dos muitos naturalistas luso-brasileiros comissionados por Souza Coutinho para fazer observações científicas sobre a ocorrência de nitro ou salitre nos territórios coloniais. Como vimos, um dos propósitos mais acalentados do ministro era tornar Portugal autossuficiente na produção desse composto. As instruções enviadas ao naturalista insistiam em que ele investigasse principalmente as ocorrências de salitre. No entanto, ele foi além, dedicando-se ao estudo de diversos outros produtos naturais de interesse econômico.

Entre 1797 e 1799, Câmara percorreu o sertão nordestino, partindo de Pernambuco até atingir a Serra dos Cocos, no Ceará. Em 1799, recebeu da coroa uma nova missão, a de investigar a ocorrência de plantas que servissem de matéria-prima à produção de papel (AHU, Pernambuco, cx. 2011, Doc. 14321), e, em 1801, a de estudar as plantas nativas produtoras de fibras, o que o levou a descrever diversas espécies vegetais da região, especialmente as bromélias terrestres, como o caroá, o gravatá, o corotá, o ananás manso e a pita (Câmara, 1810). Arruda

da Câmara manteve ativa correspondência com Linhares e com frei Veloso, enviando-lhes memórias sobre diversos temas, algumas das quais acabaram sendo publicadas no Arco do Cego e, depois, na Impressão Régia.

É justamente o processo de editoração de sua mais conhecida obra, a *Memória sobre os algodoeiros*, que fornece as pistas que permitem entender o processo de elaboração de dedicatórias adotado na Casa Editorial do Arco do Cego.¹⁰ “Tomo a liberdade e ousadia de por aos pés de V. Excia. este pequeno fruto de meu trabalho, onde obterá o merecimento que lhe falta”, dizia Arruda da Câmara ao enviar o seu tratado a D. Rodrigo, em dezembro de 1797 (AHU, Paraíba, cx. 33, doc. 2405, in Mello, 1982, p. 239). Os originais desta memória encontram-se atualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e neles pode ser lida a seguinte dedicatória ao ministro Souza Coutinho:

Os primeiros frutos dos meus trabalhos estudiosos e as primícias das experiências que tenho incansavelmente feito [...] deveriam ser consagrados a um Ministro que, do pé mesmo do trono, estende suas penetrantes vistas até os nossos férteis campos e deles procura extrair suas preciosas produções [...]. Este Ministro, Senhor, é V. Excia.; a V. Excia., pois, é que devo consagrar este pequeno trabalho, com o qual procurei contribuir, segundo a fraqueza de minhas forças, para o bem comum da Pátria [...] (BNRJ, 02,1,009, in Mello, 1982, p. 28).

⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU, Reino, maço 14). A publicação não traz a data, mas é provável que tenha sido impressa em 1797.

¹⁰ O historiador pernambucano Gonsalves de Mello foi o responsável por perceber a discrepância entre as dedicatórias na obra de Câmara (ver Mello, 1982, p. 28-29).

Como se percebe, a dedicatória foi concebida segundo os preceitos retóricos correntes à época. No entanto, há no manuscrito um detalhe de maior interesse. Em sua folha de rosto, é possível perceber anotações e intervenções por parte de Conceição Veloso, a mais notável delas, a substituição do destinatário da memória: o Príncipe, no lugar do Ministro. Volta-se, assim, à diretriz do Conde de Linhares, de que todos os livros produzidos pelo empreendimento seriam dedicados a D. João. Não é esta, porém, a dedicatória que integra a obra publicada no Arco do Cego. A que saiu dos prelos da casa literária aproveitava alguns segmentos do texto original, mas havia sido ampliada e abusava das fórmulas retóricas da dedicatória. Eram quatro páginas de uma longa e emotiva dedicação ao Príncipe regente. Vejamos alguns trechos:

SENHOR

Não he a vaidade de me querer inculcar util aos meus compatriotas, o que me obriga a levar ao Supedaneo do Throno de V. A. R. estas primeiras observações agromonicas sobre a interessante cultura do Algodão, que tenho feito, mas sim a nova obrigação, em que V. A. R. mepoz, tendo sido servido de me encarregar do exame das produçõe naturaes deste Paiz, em que nasci, e em que habito, e em que tenho indizível honra de receber as ordens de V. A. R.

[...]

Cego, Senhor, desta gloria, corro aos pés do Throno de V.A.R., a appresentar o que até então tinha adquirido de conhecimento, sem olhar para a mesquinbeza delles, e para a grandeza de V. A. R., a quem os offereço. A mesma mão poderosa, que me levanta do nada, e me appresenta a face de toda a Nação, e do mundo todo, como hum cidadão util, e hum fiel vassallo, queira dar-lhe aquella grandeza, e importância, que a condignifique em a sua Augusta presença.

[...]

- Este he o trabalho, que ora apresento a V.A.R., em quanto as minhas diligências vão ser empregadas pelos Sertões desta Capitania: treparei, para crédito dellas, o mais empinado das suas montanhas; descerei ao mais abatido dos seus Valles; penetrarei o interior do seu terreno, e o esvicerarei: desde o musgo mais aviltado, até o mais corpulento cedro; desde o mais vil insecto, até o grosso Tapyra; desde a mais esteril terra, até o mais precioso metal, todos serão objectos dos meus exames, das minhas analyses. Como Filosofo mostrarei a efficacia da voz do meu Soberano, e como vassallo darei a prova de ser com toda a devoção e ternura.

De V.A.R.

o mais obediente e humilde

Manuel Arruda da Camara (Câmara, 1799).

Como bem percebeu o historiador Gonsalves de Mello, não existiu tempo hábil entre o envio e a publicação da memória para que o próprio Arruda da Câmara tivesse redigido essa nova dedicatória (Mello, 1982, p. 29). Além do que, há uma evidente discrepância estilística entre a dedicatória e os textos conhecidos do naturalista. Assim, há que presumir que ela é de autoria de Veloso ou de algum dos outros integrantes de sua equipe de redatores e tradutores. A parte final do texto é primorosa. Inicia anunciando a principal mudança epistemológica da filosofia natural, ou seja, o abandono do estudo do raro e do notável em prol de uma proposta de abrangência universal: “desde o mais vil insecto, até o grosso Tapyra”. Conclui com um voto de submissão vassalática do homem de ciência.

Esses dois casos apontam a uma mesma direção, a de que as dedicatórias e livros não tinham necessariamente um mesmo autor. Elas eram, se assim podemos chamá-las, dedicatórias editoriais, produzidas pelos integrantes da equipe do Arco do Cego, mais provavelmente por Conceição Veloso, e se inseriam diretamente na relação entre o ministro Souza Coutinho e o Príncipe Regente. Dessa perspectiva, essas dedicatórias podem ser vistas como textos especialmente controlados por um outro tipo de censura que não a oficialmente estabelecida.

Como já observamos, a chancela real expressa nas fórmulas “Traduzido de ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor” ou “Publicada debaixo dos auspícios e ordens de Sua Alteza Real” indicam que as obras haviam sido impressas sem terem passado pela Mesa Censória. D. Rodrigo deve ter recorrido a esse expediente por dois motivos. O primeiro deles era de ordem prática, já que assim a Casa do Arco do Cego ganhava agilidade editorial. O segundo, e mais importante ainda, é que a chancela direta de D. João permitia que o empreendimento editorial escapasse da interferência de outras personagens importantes na cena política, as quais poderiam agir através dos mecanismos vigentes de censura. O grupo de grandes figuras que concentrava o poder em Portugal era muito pouco homogêneo e convivia em equilíbrio precário. Basta lembrar, como exemplo, a controversa relação entre Souza Coutinho e Pina Manique.

Em contrapartida, a chancela do príncipe fazia com que as obras do Arco do Cego passassem a ter Dom João como coautor, contribuindo para a afirmação de sua soberania. Na tradição política dominante, baseada na dádiva, na mercê, e nas relações interpessoais, os autores eram inscritos na esfera de clientela de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, que, por sua vez, as remetia ao príncipe regente.

O empreendimento literário do Arco do Cego foi poderoso instrumento propagandístico do Conde de Linhares. Em relação ao conjunto da produção da casa

editorial, as dedicatórias podem ser vistas apenas como detalhes. Contudo, é exatamente nos limites desses textos menores que se explicitam os propósitos da editoria, daí a importância a eles atribuída e o cuidado com que eram tratados. Em termos de história do livro e da leitura no Antigo Regime, esses simples detalhes ajudam a perceber como nas sociedades do Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII, “a circulação multiplicada do escrito impresso modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações com o poder” (Chartier, 1991, p. 178). No presente caso, é preciso perceber que essas dedicatórias, multiplicadas pelo processo de impressão, ultrapassaram em muito a simples *bajulatio* ou a reprodução de fórmulas de dedicação que os autores utilizavam para confirmar e legitimar seu status como funcionários do império e vassalos (ver Villalta, 1999; Ramos, 1988). No caso português, era algo maior que estava em jogo, e o livro, na sua totalidade ou em seus detalhes editoriais, cumpria papel relevante no cenário do qual fazia parte.

Deve-se ter em conta que D. João não era o príncipe herdeiro preparado para reinar. Chegou a essa condição com a morte do primogênito D. José e, em seguida, foi obrigado a assumir a regência do reino, devido ao estado de saúde de D. Maria. Tudo isso numa conjuntura europeia e colonial extremamente conturbada. Muitas das atitudes de D. Rodrigo devem ser pensadas como partes integrantes do conjunto de ações destinadas a transformar o príncipe no Príncipe. Ou seja, transformar o apagado príncipe D. João no verdadeiro rei de Portugal, mas não num rei qualquer, e sim num monarca ilustrado.

Referências

- ALVES, J.A. dos S. 2000. *A opinião pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa, UAL, 618 p.
- BIKER, J.F.J. 1856. *Notícia biográfica do Conselheiro Ildefonso Leopoldo Bayard com documentos comprobatórios*. Paris, Typographia de Rignoux, 79 p.
- BORGMEIER, O.F.M. 1961. *Flora Fuminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo*. Documentos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 395 p.
- BOSCHI, C. 2006. Política e edição: Os naturais de Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: E.R. DUTRA; J.-Y. MOLLIER, *Política, nação e edição o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume, p. 495-510.
- BUCHTEL, J. 2004. Book dedications and the death of a patron: the memorial engraving in Chapman's Homer. *Book History*, 7:1-29. <http://dx.doi.org/10.1353/bh.2004.0015>
- CAMARGO, A.M. de A.; MORAES, R.B. 1993. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo, Edusp, 430 p.
- CAMPOS, F.M.G. 1999. No bicentenário da Casa Literária do Arco do Cego: da ideia à prática. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 10-13.
- CARDOSO, J.L. 1989. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa, Editorial Estampa, 347 p.
- CASTELO BRANCO, C. 1932. *Perfil do Marquês de Pombal*. Porto, Companhia Portuguesa Editora, 316 p.
- CHARTIER, R. 1991. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 5(11):173-191. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>
- CHARTIER, R. 1995. *Forms and meanings: texts, performances and audiences, from codex to computer*. Pennsylvania, University of Pennsylvania Press, 144 p.
- CHARTIER, R. 2002. Labourers and voyagers: from the text to the reader. In: D. FINKELSTEIN; A. McCLEERY (eds.), *Book history reader*. London, Routledge, p. 47-58.
- CORREIA, E.A. da S. 1937. *História de Angola*. Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, 2 vols.
- CRUZ, A.L.R.B. da. 2002. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões & Debates*, 36:61-98.
- CURTO, D.R. 1999. D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 15-49.
- CURTO, D.R. 2007. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa, ICS, 438 p.
- DARNTON, R. 1986. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 363 p.
- DELMAS, A.C.G. 2008. *“Do mais fiel e humilde vassalo”: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. UERJ, 295 p.
- FARIA, M.F. de. 1999. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 107-137.
- FERREIRA, O. da C. 1994. *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. São Paulo, Edusp, 515 p.
- HABERMAS, J. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Universitário, 397 p.
- HESPANHA, A.M. 1993. *La gracia del derecho: economía de la cultura en la Edad Moderna*. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 351 p.
- KURY, L. 2004. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde*, 11(suplemento 1):109-29.
- LUNA, F.J. 2009. Frei José Mariano da Conceição Velloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. *História, Ciências, Saúde*, 16:145-155. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702009000100009>
- MELLO, J.A.G. de. (ed.). 1982. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife, Fundação Cultural Cidade do Recife, 558 p.
- NEGRONI, B. de. 1995. *Lectures interdites: le travail des censeurs au XVIIIe Siècle*. Paris, Albin Michel, 377 p.
- NUNES, M. de F.; BRIGOLA, J.C. 1999. José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811), um frade no Universo da Natureza. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 52-74.
- OLIVAL, F. 2001. Um rei e um reino que viviam da mercê. In: F. OLIVAL, *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa, Estar, p. 15-38.
- PEREIRA, M.R. de M. 2002. Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde em finais do século XVIII. *História: Questões & Debates*, 36:29-60.

- PEREIRA, M.R. de M. 2006. Rede de mercês e carreira: o “Desterro d’Angola” de um militar luso-brasileiro (1782-1789). *História: Questões & Debates*, 45:97-127.
- RAMOS, L.A. de O. 1988. *Sob o signo das “luzes”*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 221 p.
- SILVA, A.M.-D. 2006. *Portrait d’un homme d’État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, vol. II, 772 p.
- THORNTON, J.K.; MILLER, J.C. 1990. A crónica como fonte, história e hagiografia: o Catálogo dos Governadores de Angola. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 12-13:9-55.
- VILLALTA, L.C. 1999. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo, SP Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 443 p.
- WEGNER, R. 2004. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. *História, Ciências, Saúde*, 11(suplemento 1):131-140.
- GOMES, B.A. 1801. *Memoria sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil, ou cipó das nossas boticas*. Lisboa, Na Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego.
- GOMES, J.C. 1800. *Memoria sobre a cultura, e productos da cana de assucar*. Lisboa, Na Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego.
- LISBOA, J. da S. 1801. *Princípios de direito mercantil e leis de marinha para uso da Mocidade portugueza, destinada ao commercio*. Lisboa, Na Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego.
- MACEDO, J.A. de. 1801. *Contemplação da natureza* – poema consagrado a S. Alteza Real o Principe Regente nosso senhor. Lisboa, Na Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego.
- PINTO, J.C.P. de S. 1801. *Bibliotheca histórica de Portugal e seus domínios ultramarinos*. Lisboa, Na Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego.
- SILVA CORREIA, E.A. da. 1778. *Relação ou notícia particular da infeliz viagem da não de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcântara, do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa neste presente anno*. Lisboa, Regia Officina Typografica.
- TELES, V.C. de S.S. e. 1801. *Nomenclatura chimica portugueza, franceza e latina a que se ajunta o systema de caracteres chímicos adaptados a esta nomenclatura*. Lisboa, Na Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego.
- TELES, V.C. de S.S. e. 1788a. *Elementos de chimica*: offerecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para uso do seu Curso de Chimica. Coimbra, Real Officina da Universidade.
- TELES, V.C. de S.S. e. 1788b. *Dissertação sobre o calor*. Coimbra, Impr. Real da Universidade.
- VELOSO, J.M. da C. 1798. *Alographia dos Alkalis Fixos Vegetal ou Potassa Mineral ou Soda e dos seus Nitratos, segundo as melhores Memorias Estrangeiras que se tem escripto a este assumpto*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Submetido: 05/04/2013

Aceito: 31/07/2013

Claudio DeNipoti
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Departamento de História
Av. Carlos Cavalcanti, 4748, Campus Uvaranas
84030-900, Ponta Grossa, PR, Brasil

Magnus Roberto de Mello Pereira
Universidade Federal do Paraná
Departamento de História
Rua General Carneiro, 460, 6º andar
80060-150, Curitiba, PR, Brasil